



A NOTÍCIA

Cícero Andrade acusado de tentativa de homicídio tem soltura negada



Empresário enfrenta processo no valor de quase meio milhão de reais

CALOTE

No começo do mês, senador também passou por outra vergonha envolvendo ator

Collor passa vexame nas redes sociais ao ser cobrado de dívida

SEM FAKE

Hospital privado esclarece que taxa de ocupação se referia aos leitos da própria unidade

Ocupação de leitos de Covid em Alagoas não está em 86,96%

“Fernando Collor, aproveite a interação e interaja conosco também, pagando todos os alienáveis direitos trabalhistas que sua Organização Arnon de Mello nos deve há anos.



IMUNIZAÇÃO

Encontro foi com Arthur Lira, presidente da Câmara Federal

Prefeito JHC vai até Brasília para discutir a imunização na capital



DINHEIRO

CEF lidera relação de empresas que sociedade menos quer que seja vendida

Pesquisa CNT aponta que quase 60% são contrários à privatização da Caixa

PRIVATIZAÇÃO

Alagoano diz que Câmara irá realizar uma discussão transparente sobre a proposta

Bolsonaro entrega a Arthur Lira proposta de venda dos Correios

CÂMARA

Proposta abre brechas para que deputados não sejam pegos pela lei

Presidente da Câmara enfrenta dificuldades para acelerar tramitação de PEC polêmica

CALOTE

79% das dívidas são referentes a dívidas previdenciárias

Times de AL dão calote milionário na União



MACEIÓ ILUMINADA

A Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima) encerrou o segundo mês de ações do mutirão de iluminação em 13 bairros e restaurando mais de 700 pontos de luz. O objetivo do mutirão é ampliar esse número e fazer de Maceió uma cidade cada vez mais iluminada e segura. “Nosso mutirão vem alcançando resultados muito positivos. As equipes estão cada vez mais empenhadas em atender a todas as demandas”, destacou o superintendente da Sima, João Folha. Além das substituições realizadas durante o mutirão, existe uma equipe técnica que faz o mapeamento e levantamento de projetos futuros que podem melhorar a iluminação da cidade. Mais iluminação significa mais qualidade de vida para o maceioense.

UNIÃO

O Senado aprovou por unanimidade, na tarde de quinta-feira, 25, o projeto do governo digital, que visa a reduzir a burocracia no acesso aos serviços públicos em todo Brasil. Relatado pelo senador Rodrigo Cunha, o projeto pavimenta o caminho para que o cidadão tenha um único documento de identidade orientado pelo número do CPF, que englobará a CNH, Carteira de Trabalho, Passaporte, título de eleitor, histórico médico, entre outros. Além de priorizar o atendimento on-line e estimular o uso de diversas tecnologias, o texto também cria assinaturas avançadas, reduzindo a burocracia e facilitando a vida das pessoas, que não mais terão de validar tudo em cartório. Em sua fala, Rodrigo explicou como o governo digital pode ajudar o cidadão na prática, citando como exemplo um atendimento hospitalar de emergência, onde o médico terá acesso ao histórico do paciente porque os dados estarão agrupados em um único local.

AUXÍLIO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou na quinta-feira (25), durante sua live semanal nas redes sociais, que o valor do novo auxílio emergencial a ser proposto pelo governo será de R\$ 250. O benefício, segundo ele, deve começar a ser pago ainda em março, por um período total de quatro meses. “A princípio, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, R\$ 250 de auxílio emergencial. Então é isso que está sendo disponibilizado, está sendo conversado ainda, em especial, com os presidentes da Câmara [Arthur Lira (PP-AL)] e do Senado [Rodrigo Pacheco (DEM-MG)]. Porque a gente tem que ter certeza de que o que nós acertarmos, vai ser em conjunto”. A expectativa, segundo o presidente, é que os quatro meses complementares de auxílio possam fazer a “economia pegar de vez”. “Nossa capacidade de endividamento está, acredito, no limite. Mais quatro meses pra ver se a economia pega de vez, pega pra valer”, afirmou.

VACINA SIM!

A enfermeira Priscila Veríssimo, de 35 anos, morreu nesta quarta, após complicação da covid-19, moradora do bairro Brasília em Arapiraca, cidade do Agreste de Alagoas. Funcionária do Hospital Chama, Veríssimo já havia sido infectada uma vez e, fanática pelo presidente Jair Bolsonaro, se recusou a tomar a vacina. Com prioridade por trabalhar na linha de frente, ela se recusou a receber a dose da Coronavac que tinha direito. Tanto por achar que não pegaria novamente, quanto por acreditar que a vacina chinesa não tinha sido testada e que não era cientificamente comprovada. Como se recusou a ser vacinada, foi demitida e na semana passada pegou a Covid-19. A doença evoluiu rapidamente e ela acabou não resistindo.

Apostando o salário

EDITORIAL

O deputado estadual Cabo Beбето apostou o próprio salário, pago pelo povo, por causa de rixa política. Ele desafiou o também deputado Ronaldo Medeiros dizendo que o parlamentar deveria comprovar que o presidente Jair Bolsonaro já teria dito que “só sabe matar”. A tal prova é facilmente obtida no YouTube.

Em vídeo, o presidente diz que a “sua especialidade é matar” devido à sua formação no Exército. Claro que Beбето irá usar a desculpa de que a frase não é a mesma de que Medeiros estava se referindo.

Na verdade, “minha especialidade é matar” é uma das frases menos impactantes do presidente, que uma vez já falou sobre “evacuar menos para contribuir com o meio ambiente”. Sem contar o discurso de ódio que ele sempre faz contra jornalistas. Mais criminosas



ainda são todas as declarações na pandemia chamando aqueles que têm medo da covid-19 de “maricas”.

Lembra do “histórico de atleta?”. Ou do “não sou covão?”. E não para por aí: “O número de pessoas que morreram de H1N1 é na ordem de 800 pessoas. A previsão é não chegar a essa quantidade de óbitos no

tocante ao coronavírus.” Segundo o último balanço do Ministério da Saúde, 251.498 brasileiros já morreram da doença.

Cabo Beбето ofereceu doar o salário à uma instituição de caridade se Medeiros comprovasse a frase polêmica de Bolsonaro. Se a cada porcarias que o presidente falasse, o povo ganhasse um real, o Brasil seria um país de milionários.



ARTIGO



A Bíblia Sagrada

Frei Francisco Battistini nasceu na cidade de Fivizzano (Massa Carrara) Itália, aos 14 de fevereiro de 1934. Fez seus estudos filosóficos e teológicos nos seminários dos Padres Carmelitas Descalços de Pisa e Florença. Ordenado em 1961, logo em 1963 veio para o Brasil. Trabalhou como pároco nas dioceses de Caratinga (MG), Campos (RJ) e Petrópolis RJ).

Através da Editora Vozes (40ª Edição), publicou seu valoroso livro intitulado A Igreja Do Deus Vivo – Curso Bíblico Popular Sobre A Verdadeira Igreja – e, portanto, esclareceu a diferença entre A Bíblia Católica e protestante. Nesse sentido, escreveu didaticamente a diferenciação entre as duas Bíblias.

Segundo o autor, A Bíblia Católica contém todos os livros inspirados por Deus, que são 73 livros ao todo. Sendo 46 do Antigo Testamento (AT) e 27 do Novo Testamento (NT). Os sete livros surrupiados pelos protestantes são: Tobias,

Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, 1 Macabeus. 2 Macabeus. Também faltam os capítulos 10 a 16 do Livro de Ester e os capítulos 3, 13 e 14 do Livro de Daniel. Perfazendo, assim, 66 livros: 39 do AT e 27 do NT. Desse modo, foram criadas Igrejas professando a inverdade da Sagrada Escritura.

Os batistas nasceram em Amsterdã (1600), apregoam a separação da Igreja do Estado e a exclusão total do culto a Maria. Essas denominações protestantes dividem-se a seguir: Presbiterianos – Escócia (1560); Os congregacionalistas – Inglaterra (1600), Os metodistas – Inglaterra (1739), Anglicanos e episcopalianos – Inglaterra (1521); Os adventistas – Estados Unidos (1831); Testemunhas de Jeová – Estados Unidos (1874); Assembleia de Deus e sua divisão.

Chega-se à conclusão que Jesus fundou uma só Igreja. A multiplicidade das Igrejas cristã não é obra de Deus, mas dos homens. Esta divi-

são entre cristãos é uma vergonha e um escândalo diante do Mundo. Os culpados desta divisão somos, todos nós. O nosso orgulho, a nossa mediocridade, a nossa falta de fé, a nossa falta de amor, é que causaram as divisões entre nós. Voltaremos um dia a ver o mundo como “um só rebanho e um só pastor” (Jo 10, 16).

“O caminho é grande, mas temos a certeza absoluta de que chegaremos um dia a ver o mundo inteiro professar um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos” (Ef 4-3-6). A razão da nossa certeza e a oração de Jesus pela unidade.

Trata-se, portanto, de uma obra composta de cinquenta lições. Português explicitado nas duzentos e treze páginas. Urge, pois, católicos que admiram o Santo Papa Francisco cuidar da leitura. Dissipa dúvidas e, ao mesmo tempo, esclarece a verdadeira Bíblia Católica. “A Igreja do Deus Vivo é Coluna e fundamento da verdade”.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Martins
Editor Geral
josefernandomartins@gmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL - CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

Já!

CENTRO

ESTÁ DE VOLTA

EXCLUSIVA PARA
O INSTITUTO
DE IDENTIFICAÇÃO

- + CONFORTO
- + COMODIDADE
- + AGILIDADE

MARQUE SEU
ATENDIMENTO
PARA TIRAR SUA
CARTEIRA DE
IDENTIDADE

ACESSE
[AGENDAMENTO.SEPLAG.AL.GOV.BR](https://agendamento.seplag.al.gov.br)

 RUA BARÃO
DE PENEDO, 293
CENTRO


GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHAR MAIS PARA FAZER MAIS

Secretaria de Estado
da Segurança Pública
(SSP)



INSTITUTO DE
IDENTIFICAÇÃO



CALOTE

No começo do mês, senador também passou por outra vergonha envolvendo ator

Collor passa vexame nas redes sociais ao ser cobrado de dívida

O senador Fernando Collor (PROS) está sendo cobrado publicamente pelas redes sociais por débitos trabalhistas de suas empresas, que ultrapassam o valor de R\$ 200 milhões. Profissionais, entre eles jornalistas, que foram demitidos, relatam que o senador tem prejudicado a carreira de todos.

Os ex-funcionários das Organizações Arnon de Mello (OAM) buscaram nas redes sociais o caminho para chegar ao senador alagoano para cobrar os valores que foram parar na Justiça. Essa briga já se estende há mais de dois anos. No Instagram e no Twitter o senador tem falado sobre tudo, menos sobre os débitos.

"Fernando Collor, aproveite a interação e interaja conosco também, pagando todos os alienáveis direitos trabalhistas que sua Organização Arnon de Mello nos deve há anos.", escreveu o jornalista Felipe Camelo.

"Fernando Collor, aproveite a interação e interaja conosco também, pagando todos os alienáveis direitos trabalhistas que sua Organização Arnon de Mello nos deve há anos."



No começo do mês, Bruno Gagliasso e Collor protagonizaram um quebra-pau. O desentendimento começou quando o ator teceu críticas às políticas econômicas do ex-presidente. Recentemente, Jair Bolsonaro (sem partido) anunciou que irá reajustar o preço do combustível. Segundo o

chefe do Executivo, a ideia surgiu de um conselho de Fernando Collor.

Sobre Collor ter aconselhado Bolsonaro, Gagliasso opinou. "Chega a ser uma piada esse presidente que representaria tudo de 'novo' trazer para conselheiro econômico um sujeito que fez tantas

famílias sofreram com sua política econômica. BolsoCollor é um escárnio", escreveu ele no Twitter.

Logo depois, o ex-presidente respondeu: "Sujeito, para de espremer e querer lacrar. Aproveita o tempo vago e vai fazer algo de útil pelo Brasil. Se não conseguir, vai para Noronha e para de encher o

saco".

Mas, Bruno deu continuidade. "Tá querendo palco, irmão? Eu não ganho dinheiro do povo para estar no Twitter ofendendo os brasileiros. Eu sou um brasileiro pagador de impostos e você é meu funcionário. Vai trabalhar e me respeite", cobrou.

SECA

Pressão da área política por verba gera crise no time de Paulo Guedes

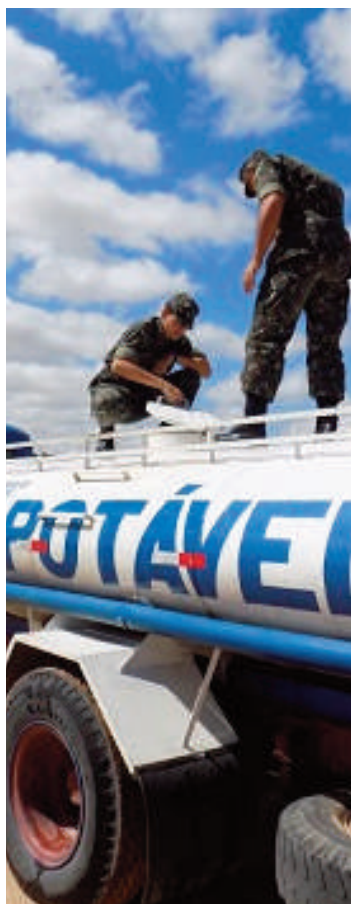
Governo federal encontra dificuldades para manter Operação Carro-Pipa

A área que cuida de Orçamento dentro do Ministério da Economia virou foco de tensão diante dos vários pedidos de recursos feitos pela ala política do governo e que não podem ser atendidos por desrespeitarem as regras fiscais. A situação chegou ao ponto de técnicos se recusarem a assinar propostas por considerarem que há obstáculos legais para implementá-las. Essa resistência tem irritado outros ministérios e o próprio Palácio do Planalto, alimentando especulações de que os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, e de Orçamento, George Soares, estão na mira.

Os impasses vão desde a compensação para a desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel, anunciada pelo presidente para amenizar o impacto de reajustes

no preço do combustível no bolso dos caminhoneiros, até a liberação de recursos para a Operação Carro-Pipa, que leva água potável ao semiárido brasileiro e está ameaçada porque o dinheiro previsto para 2021 está travado pelo atraso na votação do Orçamento. Outros focos de atrito são a antecipação do 13º dos aposentados do INSS e o desejo da ala política de implementar a nova rodada do auxílio emergencial antes da aprovação final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dará respaldo legal ao seu pagamento.

Nos bastidores, há o temor de que a pressão pelo atropelo às regras fiscais acabe deflagrando uma entrega de cargos dentro do Ministério da Economia, por técnicos que não aceitam assinar atos



em desacordo com o que manda a legislação. Esse risco vai além dos nomes de Soares e Waldery e pode ampliar a crise em torno do Ministério da Economia. Um dos temores é que o ministro Paulo Guedes ceda à pressão dos parlamentares para abrir o crédito extraordinário que pagará o auxílio emergencial em 2021 logo após a aprovação da PEC no Senado, mas antes de sua votação na Câmara.

Outra divergência envolve um crédito extraordinário solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para bancar as despesas da Operação Carro-Pipa. A ação tem R\$ 500 milhões já previstos no Orçamento, mas apenas R\$ 89,7 milhões estão liberados e foram usados no mês de janeiro. Os R\$

410 milhões restantes dependem de uma autorização especial do Congresso para descumprir a chamada "regra de ouro" do Orçamento, que impede o pagamento desse tipo de gasto com dinheiro obtido via emissão de dívida pública. O problema é que o governo só pode pedir esse aval após a aprovação do Orçamento.

Diante do impasse, a Operação Carro-Pipa foi paralisada em vários municípios do Nordeste, inclusive em Alagoas, reduto eleitoral do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), que está ciente do problema. A avaliação no MDR é que a suspensão da operação cria um problema social, por deixar a população sem água, e político, pois prejudica o Nordeste. (Com Estadão)

IMUNIZAÇÃO

Encontro foi com Arthur Lira, presidente da Câmara Federal

Prefeito JHC vai até Brasília para discutir a imunização na capital

A ampliação da vacinação contra a Covid-19 é prioridade da gestão de JHC na Prefeitura de Maceió. O prefeito esteve, nesta quarta-feira, 24, em Brasília, reunido com o presidente da Câmara Federal, deputado Arthur Lira, para discutir a imunização na capital. “Retribuí a visita do presidente da Câmara Federal, o deputado Arthur Lira, pois ambos compartilhamos as preocupações com Maceió. Conversamos sobre ampliar a imunização na capital e a importância de cuidar da população. Trabalharei incansavelmente para garantir saúde para todos os maceioenses”, disse o prefeito.

Em Maceió, já foram vacinadas 28.830 pessoas contra a Covid-19 e segunda dose da Coronavac já foi aplicada em 8.601. As etapas atenderam aos profissionais da linha de frente do novo coronavírus, idosos acima dos 83 anos ou de

Instituições de Longa Permanência e trabalhadores da saúde das UBS do 1º, 2º, 3º, 5º e 8º Distritos Sanitários. Na quinta-feira (25), começaram a ser vacinados, também, os profissionais do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

A expectativa é de que sejam vacinados cerca de 1.500 profissionais nesta etapa. Primeira pessoa a ser vacinada do dia, foi a Técnica de Enfermagem do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), Fabiana da Conceição, carrega uma história de superação contra o vírus e, por isso, celebra aliviada a chegada de sua imunização.

“Olho para tudo o que passei e ainda não sei como eu consegui me recuperar – parecia um pesadelo. Durante quase seis meses, lutei contra fortes sintomas ocasionados pela doença, que me tirou da convivência com minha filha e ainda levou embora quatro amigos queridos.



Essa vacina para mim é motivo de grande esperança em dias melhores”, afirmou, Fabiana.

Para o Coordenador do SAD, Cesário Souza, vacinar profissionais da saúde, além de trazer a certeza da continuidade na assistência em saúde, da qual a população tem precisado tanto, oferece a esses trabalhadores o sentimento de reconhecimento e segurança para desempenharem cada vez melhor suas fun-

ções. “É uma grande conquista para nós que, durante toda a pandemia, temos trabalhado prestando assistência direta a nossa população. Fico feliz em saber que, a partir de hoje, teremos profissionais ainda mais motivados. Trabalhar satisfeito e em segurança é a melhor coisa que existe”, concluiu o coordenador.

Após a vacinação no SAD, que deverá estar com toda sua

equipe imunizada até esta sexta-feira (26), as doses começarão a ser aplicadas, conforme agendamento feito pela Gerência de Imunização, em profissionais que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e nos 4º, 6º e 7º Distritos Sanitários – momento que está programado para iniciar na segunda-feira (1º).

CASO PINHEIRO

Objetivo é gerir recursos oriundos de um acordo com a Braskem

MP e MPF marcam audiência para discutir a formação de comitê gestor

O Ministério Público de Alagoas (MPAL) com o Ministério Público Federal (MPF), visando implementar as medidas estabelecidas em recente acordo socioambiental firmado com a Braskem, prepararam e publicaram um edital para a promoção e uma audiência pública intitulada “Formação do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais”, a ser realizada, virtualmente, no dia 10 de março de 2021, às 14h, com o objetivo de discutir com a comunidade e com representantes do poder público, a formação de uma “comissão” paritária que se encarregará de gerir os recursos destinados ao pagamento dos danos sociais e morais coletivos, causados, direta e ou indiretamente, à comunidade, pelos prejuízos extrapatrimoniais decorrentes da extração de sal-gema nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Farol, em Maceió, bem como para definir a quantidade e atribuições dos membros a serem

escolhidos, e ainda os critérios quanto à destinação dos recursos em prol dos interesses sociais.

Ao todo, serão disponibilizados R\$ 150 milhões para indenização por danos sociais e morais coletivos, em cinco parcelas anuais no valor de R\$ 30.000.000,00, tendo, inclusive, a primeira parcela já sido depositada em Juízo. Valendo ressaltar que a referida quantia não se presta ao pagamento de indenizações pessoais, e que os danos morais individuais, além dos patrimoniais, devidos a cada morador particularmente atingido pelo mesma tragédia urbanística, já estão sendo pagos em acordos específicos próprios. A ideia, portanto, é discutir com as pessoas das comunidades que conhecem melhor sua realidade, a melhor solução para os seus problemas.

“Os ministérios públicos estadual e federal decidiram, por isso, que a melhor forma de se definir a aplicabilidade da referida quantia, seria ouvindo os legítimos represen-

tantes da sociedade civil, principalmente das regiões afetadas. A criação desse Comitê de Gestão vem ao encontro das salutares exigências trazidas pela nova ordem jurídica, de assegurar ao povo o direito democrático de participar, efetivamente, da gestão pública, e de melhor defender os seus legítimos interesses. Mecanismo legal, democrático por excelência, não poderia haver melhor espaço para discussão

de assunto de tão relevante valor social senão em uma audiência pública.” explica o promotor de Justiça, Jorge Dória.

No edital fica claro que podem participar da audiência pública, além dos membros dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, qualquer pessoa da comunidade, representantes das entidades e da sociedade civil e dos órgãos públicos convidados, ou seja, quaisquer pes-

soas físicas ou jurídicas que possuam interesse geral na questão objeto da audiência.

O edital da audiência pública está assinado pelo Promotor Justiça, Jorge Dória, titular da 66ª Promotoria de Urbanismo da Capital, e pelas Procuradores da República Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary e Roberta Lima Barbosa Bomfim.



INFORME PUBLICITÁRIO

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E APOIO À REALOCAÇÃO

Entenda como a Braskem atende os **COMERCIANTES E EMPRESÁRIOS** nas áreas de desocupação

Além das famílias moradoras das áreas de desocupação nos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da Braskem atende **comerciantes e empresários** para fazer sua mudança e indenização. Uma equipe exclusiva dá o suporte necessário e faz uma análise individualizada de cada caso, considerando as necessidades específicas de cada negócio, seja **informal, microempreendedor individual (MEI) ou empresa de micro, pequeno, médio e grande porte**



Assim como acontece com as famílias, **o fluxo de realocação do comerciante ou empresário** começa com a visita de técnicos sociais, para que seja feita a identificação do imóvel e o levantamento das instalações existentes.



Depois dessa etapa, ele já pode ligar para o **0800 954 1234**, agendar a primeira reunião e iniciar a realocação.



A Braskem contrata e paga uma empresa de mudança que **organiza e embala todo maquinário, equipamentos, mobiliário, estoque etc., e leva tudo para o novo endereço do negócio** ou para um depósito disponibilizado gratuitamente.



Ainda assim, o comerciante ou empresário pode **solicitar um adiantamento da compensação financeira para cobrir despesas adicionais à mudança, ter condições de se realocar e manter o seu negócio** enquanto aguarda o processo de compensação. O valor desse adiantamento varia de acordo com o porte da empresa e é calculado de duas maneiras:

- **R\$ 10 mil** para locatários de imóveis, empresas informais e microempreendedores individuais (MEIs)
- **Ou um adiantamento para cobrir custos vinculados à mudança e manutenção do seu negócio**, se foram maiores do que os valores pré-definidos, desde que apresente orçamentos comprovando esses gastos.



Para facilitar o processo de adiantamento das empresas que tenham dificuldade em comprovar os custos necessários para sua realocação, a Braskem criou valores pré-definidos que variam de acordo com o porte da empresa (micro, pequena, média ou grande). Os valores adiantados, se utilizados na realocação e/ou para pagamento de despesas necessárias à manutenção das atividades (como aluguel, reformas etc.), não serão descontados na indenização final. Caso a empresa ou o comércio seja fechado, as despesas ligadas ao encerramento são consideradas na indenização.



O valor a ser pago na indenização é definido com base em alguns critérios de avaliação, como **tipo de negócio, faturamento, localização e características do imóvel**, entre outros. E o **comerciante ou empresário indica um advogado para acompanhar todo o fluxo de compensação financeira** – a Braskem cobre também os honorários*.



Feito o cálculo da indenização, a proposta financeira é apresentada ao comerciante ou empresário em uma nova reunião, com a presença de seu advogado e de um representante legal da Braskem. **Uma vez aceita a proposta, é assinado um termo de acordo pelas partes, que segue para homologação da Justiça**. Em até 5 dias úteis após a homologação judicial, os valores são pagos pela Braskem por depósito em conta bancária.



Para saber mais sobre as **ações específicas para comerciantes e empresários** do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da Braskem, acesse **braskem.com.br/alagoas**.

* A Braskem cobre os honorários dos advogados até o valor correspondente a 5% da indenização, limitado a R\$ 100 mil.



Algumas das fotos acima foram feitas antes das medidas de isolamento, para o combate à pandemia da Covid-19

DECISÃO

Cícero Andrade de Souza atirou em garçons após assediar trabalhadoras na Praia do Francês

Empresário acusado de tentativa de homicídio tem soltura negada

O desembargador José Carlos Malta Marques indeferiu o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Cícero Andrade de Souza, irmão do juiz Luciano Andrade, preso em flagrante no dia 20 de fevereiro, acusado de tentativa de homicídio após realizar disparos de arma de fogo na Praia do Francês. A decisão, que tem caráter liminar, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico de quinta-feira (25).

Na decretação da prisão preventiva, a fundamentação foi a garantia da ordem pública. Conforme depoimentos de testemunhas, o empresário teria assediado garçones, humilhado garçons e atentado contra a vida de funcionários e do proprietário de um estabelecimento da região.

A defesa alegou que o flagrante foi ilegal, uma vez que o próprio suspeito se apresentou à delegacia no dia posterior ao fato, o que afastaria o cenário de fuga. Além disso, foram destacadas as condições pessoais favoráveis do empresário, como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, o que tornaria ilegal a prisão preventiva.

O desembargador José Carlos Malta entendeu que o empresário só



se apresentou à Polícia após ter fugido de sua residência, com o intuito de evitar o flagrante. “A apresentação espontânea do paciente não pode ser configurada apenas por seu comparecimento frente à autoridade policial, uma vez que é preciso levar em consideração toda a sua postura após praticar a conduta potencialmente criminosa”, diz a decisão.

Quanto às condições pessoais favoráveis, a decisão destaca que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já possui entendimento sólido no sentido de que isso não inviabiliza a prisão preventiva. O desembargador ressaltou ainda que o próprio depoimento do acusado indica que ele atentou contra a vida de três pessoas.

“Nessa linha, considerando o

contexto fático apresentado nos autos, bem como os documentos que instruem o presente remédio constitucional, entendo que não resta suficientemente demonstrada, num primeiro momento, a existência de evidente ilegalidade que justifique a concessão de medida liminar, antecipando, assim, a análise definitiva que deverá ser realizada pela Câmara Criminal desta Corte de Justiça”, afirma a decisão.

ATIROU EM GARÇONS

Caso é referente a locação de imóveis; acusado é dono de posto de combustível

Empresário enfrenta processo no valor de quase meio milhão de reais

O empresário Cícero Andrade de Souza, irmão do juiz Luciano Andrade, preso em flagrante no dia 20 de fevereiro, acusado de tentativa de homicídio após realizar disparos de arma de fogo na Praia do Francês, já foi notícia em outros carnavais. Em agosto de 2017, fiscais do Procon notificaram o posto de combustível do acusado, localizado no bairro do Jacintinho, em Maceió, por não emitir a nota fiscal.

Na ocasião, o posto teve 10 dias para apresentar a defesa. Em um vídeo que circulava na internet, uma cliente dizia que pediu a nota mas como o posto não forneceu, ela pediu que o combustível fosse retirado da moto. O mesmo aconteceu com outro motorista que encheu o tanque do carro e filmou o ocorrido. Cícero Andrade rebateu as acusações e declarou que estava sendo vítima de um golpe.

Se buscarmos o nome Cícero

Andrade de Souza no site do Tribunal de Justiça de Alagoas, encontramos outros processos em que ele figura como réu. Entre ações de desapropriação e execução fiscal, tem uma que nos salta aos olhos: locação de imóvel. O valor da ação é de R\$ 459.825,92. A autora do processo é a empresa Aliança Comercio e Distribuição de Combu contra a Aamm Comercial de Combustíveis Ltda, mais conhecida como Posto Jacintinho.

O processo tramita há um ano. A última movimentação aconteceu no dia 24 de fevereiro, quando um juiz alegou suspeição para julgar o caso. “Analisando os autos com cautela, constatei a presença de um parente consanguíneo de segundo grau da linha colateral deste juiz integrando o polo passivo da ação”, informou o magistrado Luciano Andrade de Souza. A ação está na 7ª Vara Cível da Capital - Foro de Maceió.

ENTREGAR

90mil

BENEFÍCIOS

EM TODO
O PAÍS!

Essas são as nossas
primeiras metas de 2021



25 mil kits de
material escolar



35 mil kits
de limpeza



30 mil cestas
de alimentos

Você vem com a gente?

realização



apoio



Doe agora: LBV.ORG



APOIO GARANTIDO

O deputado federal Marx Beltrão (PSD) declarou apoio à candidatura de Inês Correia, do PSD, à prefeitura de Campo Grande, na eleição suplementar para o comando do município que ocorreu em 11 de abril deste ano. Beltrão participou da convenção que selou o nome de Inês para o cargo de prefeita do município, e ressaltou as qualidades da agora oficialmente candidata à chefia do Executivo municipal campo-grandense.



PARCERIA FIRMADA

O vereador Bello (PSD), do município de Satuba, recebeu a deputada estadual Cibele Moura (PSDB) para uma visita à ONG de saúde ISVA que atende a população do bairro Recantos (Nova-Satuba) e que conta com o apoio do nobre vereador. A deputada Cibele se colocou à disposição em também ajudar o belo projeto de cunho social.

OAB

Com o objetivo de apresentar e debater pautas de relevância para a sociedade e a advocacia, a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Alagoas (OAB-AL) realizou uma visita de cortesia ao prefeito de Maceió, JHC. Entre os assuntos, foi entregue um ofício sobre uma parceria que será firmada entre a Prefeitura de Maceió e o Programa Tem Saída, implantado pela OAB-AL no estado. Além disso, foram abordadas pautas como a capacitação de servidores pela Escola Superior de Advocacia (ESA), a situação dos moradores de rua, direito do consumidor, a questão ambiental e Guarda Municipal.

CONSTRUÇÃO

O prefeito de Arapiraca Luciano Barbosa (MDB) já autorizou a publicação de edital para o processo licitatório destinado a obras de reforma em prédios públicos que acolham atividades cul-

turais e esportivas. “Também pretendemos construir ginásios e quadras de esportes nas escolas da rede municipal na área urbana e nas comunidades rurais de Arapiraca”, revelou Luciano Barbosa.

PRECURSORA

Seu antecessor, deputado federal, Marx Beltrão, parabenizou a nova coordenadora

Tereza Nelma é eleita para coordenar a Bancada Federal

A deputada federal Tereza Nelma (PSDB) foi escolhida por aclamação para coordenar a Bancada Federal alagoana, nesta terça-feira (24), em Brasília. Tereza Nelma é a primeira mulher a ocupar essa função. Seu antecessor, deputado federal, Marx Beltrão, parabenizou a nova coordenadora e fez elogios a atuação da deputada quando também ressaltou o trabalho realizado durante os últimos dois anos, com muitas ações e lutas em defesa do Estado.

“Sinto-me honrado e contente de repassar o cargo para uma deputada que dará continuidade, ela que sempre foi uma combatente por Alagoas. É uma parlamentar atuante, que está fazendo um excelente mandato, sendo uma defensora de Alagoas, orgulhando a nossa bancada”, disse Marx.

“Além de tudo, ela será a primeira mulher a exercer a função de comandar a Bancada Federal e cer-



tamente a deputada terá uma excelente atuação”, acrescentou o parlamentar. A deputada Tereza Nelma destacou que o desafio é fortalecer ainda mais o Estado e a Bancada de Alagoas. Disse que irá atuar para atender aos interesses do povo alagoano.

“Vamos trabalhar para fortalecer a bancada alagoana, buscando os pleitos junto aos governos estadual e federal. Somos 12 parlamentares, que representam mais de três milhões de alagoanos, e todos estão atuando na busca por melhorias

para o nosso povo. Queremos fortalecer o nosso Estado e gerar mais desenvolvimento sócioeconômico”, ressaltou a deputada.

Coordenar a bancada requer que o parlamentar atue de forma estratégica, porque é o colegiado quem media os interesses dos deputados e senadores com o governo do Estado, além de mediar também os pleitos juntos ao Governo Federal. No total, a Bancada terá, em 2021, o valor de R\$ 241.460.468,00 para indicação de emendas.

CALOTE

79% das dívidas são referentes a dívidas previdenciárias

Times de Alagoas dão calote milionário na União

Clubes sociais, esportivos e similares de Alagoas devem juntos mais de 13 milhões de reais à União. A maior parte dessas dívidas têm origem trabalhista, sendo 79% do total referente a débitos previdenciários. Os dados, analisados pela Agência Tatu, foram originalmente divulgados pela Fiquem Sabendo – agência de dados especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI) e obtidos via Lei de Acesso à Informação, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor total desses débitos é de R\$ 13.227.259,58.

79% do montante total é referente a dívidas previdenciárias, 9,26% são relativos ao não pagamento de contribuições trabalhistas no FGTS e 11,73% estão relacionados a outras dívidas contraídas com a União. Os times que disputam a série A do Campeonato Alagoano ASA, CSA e Murici aparecem no relatório com dívidas de R\$ 2.093 milhões, R\$939 mil e

R\$ 222 mil, respectivamente.

O Jaciobá, de Pão de Açúcar, e o CSE, de Palmeira dos Índios, também estão incluídos entre os endividados junto à União, mas os valores são inferiores a R\$50 mil. Ainda constam no relatório da Procuradoria todas as empresas devedoras que estão registradas como clubes sociais, esportivos ou similares. Isso inclui, além de times de futebol, clubes náuticos, parques aquáticos, associações, entre outros. A assessoria do ASA informou que os débitos do clube estão relacionados a acordos de pagamento firmados no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

A Agremiação informou ainda que todos os débitos trabalhistas e fiscais do time estão sendo analisados por seu departamento jurídico. Geraldo Amorim, presidente do Murici, informou que prefere não se manifestar oficialmente. Já o

presidente do Jaciobá, Lucilo Brandão, disse que o clube atualmente não possui receita, e que as dívidas trabalhistas foram deixadas pelas gestões anteriores a seu mandato. Brandão reiterou ainda ter sido contrário à participação do clube no campeonato alagoano em razão dos débitos que o Jaciobá possui. O CSE, por meio de seu presidente, Zenício Neto, informou que todas as dívidas com a União estão sendo negociadas e que atualmente todos os jogadores possuem carteira assinada, tendo as verbas trabalhistas pagas ao final de seus contratos.

O representante da empresa Lindóya Parque, que atualmente funciona no mesmo espaço físico do Lindóya Country Club, informou não possuir relação alguma com o antigo clube ou com seus ex-sócios, tendo adquirido o espaço por meio de leilão público e aberto uma empresa que em nada se relaciona com o clube devedor citado nesta matéria.

SEM FAKE

Hospital privado esclarece que taxa de ocupação se referia aos leitos da própria unidade

Ocupação de leitos de Covid em Alagoas não está em 86,96%

Tem circulado no WhatsApp, em Alagoas, um print de uma publicação, do perfil pessoal do Instagram do médico Ricardo César Cavalcanti, a qual aponta a ocupação de 86,96% dos leitos destinados à Covid-19. Muitos usuários compartilharam a imagem no aplicativo de mensagens, sem especificar sobre que hospitais se tratava a informação, o que levou várias pessoas a acreditarem que a taxa de ocupação diz respeito ao estado

inteiro, o que não é verdade.

A assessoria de comunicação do Hospital do Coração de Alagoas, onde o médico Ricardo César Cavalcanti é diretor, esclareceu que esta taxa de ocupação de 86,96% se refere apenas à situação do próprio hospital privado.

Inclusive, em uma publicação mais recente o médico informa que o índice de internamentos no Hospital do Coração registrou novo aumento, chegando à taxa de ocu-

pação de 95,65% dos leitos destinados à Covid-19.

Segundo dados do último boletim de ocupação de leitos destinados à Covid-19 divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde, Alagoas está atualmente com uma taxa de 55% de ocupação dos 830 leitos disponíveis. Esta taxa é de 66% para os leitos de UTI (Unidades de Terapia Intensiva), de 52% para os leitos clínicos e 18% para leitos de UTI intermediária.



EM MACEIÓ

Em cerimônia, Renan Filho revelou ainda que Governo deve construir o Hospital do Idoso

UPA Santa Maria beneficiará cerca de 100 mil moradores

As obras de construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) localizada no Conjunto Santa Maria, no bairro Cidade Universitária, parte alta de Maceió, começaram nesta quinta-feira (25), após a ordem de serviço dada pelo governador Renan Filho e o secretário de Estado da Saúde, Alexandre Ayres. O equipamento é do tipo III e está orçado em R\$ 6,2 milhões. Ainda durante a solenidade, o chefe do Executivo revelou que Alagoas pode ganhar o Hospital do Idoso, o décimo hospital em oito anos de governo.

Renan Filho afirmou que, com a autorização para o início das obras da UPA de Santa Maria, o Governo do Estado dá sequência ao plano de ampliação

da rede de Unidades de Pronto Atendimento em Maceió, que já possui quatro em funcionamento (Benedito Bentes, Trapiche, Jacintinho e Tabuleiro) e duas em construção: uma no Jaraguá e a outra iniciada nesta quinta-feira.

"Estamos iniciando hoje aqui a construção da UPA da Santa Maria, uma unidade muito importante, porque essa é a região que mais cresce populacionalmente, no momento, em Maceió. Trata-se de uma área de expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida, já há alguns anos", destacou o governador. Assim como as UPAS do Jacintinho, do Tabuleiro do Martins e de Jaraguá, a unidade de Santa Maria será construída com recursos próprios do Governo de

Alagoas, que também garantirá o custeio do equipamento de saúde.

Com capacidade para atender até 350 pacientes por dia, totalizando 10.500 por mês, a UPA de Santa Maria deve ficar pronta em 120 dias, quando será entregue à comunidade. O secretário Alexandre Ayres destacou que a unidade vai preencher uma lacuna na assistência intermediária entre a Atenção Básica e a Média e Alta Complexidade no Conjunto Santa Maria.

"Essa é uma UPA que chega num momento muito importante na parte alta da capital. Aqui, a gente está falando de quase 100 mil pessoas, que moram no entorno, e dependiam, exclusivamente, de um posto de saúde e da UPA do Tabuleiro, que foi recen-



temente construída. Então, essa UPA de Santa Maria significa um salto de qualidade no atendimento em saúde pública nessa parte alta da capital", avaliou Ayres.

ATENÇÃO!

Suspensão do procedimento por mais 60 dias foi anunciada no dia 23

INSS divulga calendário de retomada da prova de vida

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou ontem (26) no Diário Oficial da União (DOU) a portaria que suspende até abril a obrigatoriedade de aposentados e pensionistas fazerem a prova de vida, com o calendário de retomada do procedimento. A medida de suspensão da obrigatoriedade já havia sido anunciada pelo presidente do órgão, Leonardo

Rolim, na terça-feira (23).

O procedimento deve ser feito a cada ano para que o pagamento do benefício do INSS não seja bloqueado. Desde março de 2020, entretanto, os bloqueios foram suspensos em decorrência da pandemia de covid-19, que prejudicou a realização da prova de vida de modo presencial. A suspensão da obrigatoriedade da prova de

vida vem sendo postergada sucessivas vezes. Desde agosto, o governo tem investido em um projeto piloto para que o procedimento possa ser feito de modo remoto, pelo celular.

Uma nova etapa do projeto, lançada na terça (23), disponibilizou o serviço digital para mais de 5 milhões de beneficiários do INSS. Segundo dados apresentados por Rolim, a suspensão da obrigatorie-

dade levou 5,3 milhões de aposentados e pensionistas a não realizarem o procedimento. Esses beneficiários precisam agora regularizar a situação. Pela portaria publicada nesta sexta (26), os bloqueios de benefício para quem não fez a prova de vida no ano passado voltarão a ocorrer a partir de maio, de forma escalonada.

De acordo com a nova por-

taria, por exemplo, quem deveria ter feito a prova de vida até abril de 2020 e não realizou o procedimento, poderá ter o pagamento de seu benefício bloqueado a partir de maio deste ano, caso não se regularize até lá. Confira o cronograma de bloqueio do pagamento de benefícios do INSS para os aposentados e pensionistas que não realizaram a prova de vida.

DINHEIRO

CEF lidera relação de empresas que sociedade menos quer que seja vendida

Pesquisa CNT aponta que quase 60% são contrários à privatização da Caixa

Quase 60% dos brasileiros ouvidos em uma nova pesquisa de opinião pública são contrários à privatização da Caixa Econômica Federal e de outras estatais: chega a 59,8% o índice de cidadãos que rejeitam a venda do banco para a iniciativa privada. A Caixa também lidera a relação de empresas públicas que a sociedade menos quer ver privatizada, conforme apontam 30,1% dos entrevistados.

Estes são os principais resultados do levantamento feito pelo Instituto MDA, contratado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). De acordo com os dados, divulgados esta semana, apenas 28,6% das pessoas disseram ser a favor da privatização de estatais; 11,6% não souberam opinar ou não responderam. A pesquisa CNT/MDA foi realizada com 2.002 entrevistados, em 137 cidades de 25 estados, entre os dias 18 e 20 deste mês.

“Levantamentos como este são importantes para reafirmarmos o posicionamento em defesa da Caixa 100% pública e do papel essencial que os bancos públicos desempenham para o desenvolvimento econômico e social do país”, afirma o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto. Ele reitera que, no caso da Caixa, o propósito do governo Bolsonaro é fatar e privatizar a instituição por meio da venda de subsidiárias, até que a empresa deixe de ser rentável, competitiva e a serviço da população.

Os entrevistados da pesquisa CNT/MDA também foram ouvidos sobre a venda de estatais como o Banco do Brasil, a Petrobras, a Eletrobras, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e a Casa da Moeda. Eles se posicionaram



resistentes a qualquer proposta de privatização, com exceção dos Correios. Em relação à Petrobras,

houve empate técnico. De um modo geral, o resultado do levantamento mostrou que quanto mais

as pessoas têm a empresa pública como parte do dia a dia, menos elas defendem a privatização.

FINANÇAS

BNB alcança lucro líquido recorrente de R\$ 1,44 bilhão em 2020

O Banco do Nordeste investiu, em 2020, montante de R\$ 40,07 bilhões, valor correspondente a 5,1 milhões de operações distribuídas em sua área de atuação, constituída pelos nove estados da Região e pelo Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Mesmo em ano atípico, marcado pela crise sanitária mundial, o Banco alcançou lucro líquido recorrente de R\$ 1,44 bilhão, superior em 12,8% ao resultado do exercício de 2019.

Do valor total aplicado pelo BNB, em 2020, destacam-se as contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que somaram R\$ 25,84 bilhões, observando-se incremento de 25,7% na quantidade de operações em comparação com o ano anterior. Esse valor equivale a 711 mil operações.

Somente nos setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo

e de Comércio e Serviços, foram injetados R\$ 19,08 bilhões. Projetos de infraestrutura totalizaram R\$ 6,63 bilhões. Dentro da preocupação com a sustentabilidade, o Banco totalizou inversões no Programa FNE Verde Pessoa Física, voltado para a microgeração de energia, no montante de R\$ 112,9 milhões.

Já o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), também com recursos do FNE, somou R\$ 11,7 milhões, permitindo estudantes ingressarem no ensino universitário. Para o presidente do Banco, Romildo Rolim, "os resultados de 2020, considerando os desafios inéditos na história da Instituição, demonstram inequivocamente a importância do papel do Banco do Nordeste para a Região, na medida em que as políticas do Governo Federal sintetizam a preocupação com a manutenção dos empregos e com o bem-estar da população".

PRIVATIZAÇÃO

Alagoano diz que Câmara irá realizar uma discussão transparente sobre a proposta

Bolsonaro entrega a Arthur Lira proposta de venda dos Correios

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu na quarta-feira, 24, a proposta que permite que os serviços postais, exercidos em regime de monopólio pelos Correios, sejam realizados pela iniciativa privada. O texto foi entregue a Lira pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro, que veio à Câmara trazer o projeto.

Bolsonaro foi ao Senado entregar a Medida Provisória 1031/21, que autoriza a privatização da Eletrobras. Lira afirmou que espera uma discussão transparente sobre a proposta, pois será uma decisão coletiva da Casa. “Esperem uma discussão transparente, limpa e justa, pois é de interesse do povo brasileiro”, afirmou.

“O relacionamento das duas Casas (Câmara e Senado), continua com muito diálogo e

vamos cumprir o que prometemos ao povo brasileiro”, finalizou. A proposta entregue por Bolsonaro teria o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços postais, ampliar o investimento privado no setor, além de privatizar a empresa. Também prevê que a prestação do serviço postal universal pela União seja feito por meio de contratos de concessão.

“Diferentemente da Eletrobras, que nós precisávamos de uma medida provisória para incluir a empresa no PND [Programa Nacional de Desestatizações], no caso dos Correios eu preciso regulamentar o marco postal para ter carta branca para a modelagem da empresa”, diz Diogo Mac Cord, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados no Ministério da Economia.

Por meio do projeto entregue à Câmara dos Deputados, o governo garante que cumprirá com os preceitos de universalização dos serviços postais, previsto na Constituição, sem que seja necessário um monopólio para tal. No caso, a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, ficará responsável por regular e monitorar o cumprimento das metas de universalização e qualidade dos serviços. A autarquia passará, então, a se chamar Agência Nacional de Comunicações (Anacom). “A empresa pode ser integralmente concedida à iniciativa privada. O controle que nós teremos é por meio da regulação”, explica Mac Cord, em entrevista a VEJA. “O projeto que nós encaminhamos dá um prazo de monopólio de até cinco anos para os Correios, para ir quebrando isso aos poucos para incentivar a competição.”

CÂMARA

Proposta abre brechas para que deputados não sejam pegos pela lei

Arthur Lira enfrenta dificuldades para acelerar tramitação de PEC polêmica

O presidente da Câmara dos Deputados, o alagoano Arthur Lira (PP-AL), não conseguiu na quinta-feira, 25, acelerar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da impunidade. A tentativa quase provoca uma crise na relação com o Poder Judiciário.

Lira sofreu um revés com o adiamento da votação da proposta no plenário da Casa. As dificuldades de costurar um acordo para diminuir a oposição ao texto fizeram com que a sessão se arrastasse por seis horas.

Lira não conseguiu vencer a resistência dos congressistas contrários à proposta, que também desa-

gradou a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), informa a Folha de S.Paulo.

A principal polêmica da PEC da impunidade ocorreu em torno do Artigo 53, que torna o mandato dos parlamentares invioláveis, podendo ser submetidos apenas ao Conselho de Ética da Câmara.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) fez alterações de última hora que reduziram vários pontos polêmicos, entre eles os que tratam da inelegibilidade e as condições para a prisão em flagrante, propondo a retirada da referência à inviolabilidade, acatando posicionamento da deputada Maria do

Rosário (PT-RS).

A "PEC da Impunidade" representa um elemento de defesa dos parlamentares e foi adotada em função da prisão do deputado federal Daniel Silveira, que não teria ocorrido caso a alteração constitucional já estivesse em vigor.

A proposta apontava como crimes inafiançáveis apenas os citados expressamente na Constituição. A redação foi alterada para incluir todos os crimes inafiançáveis "na forma da lei", o que permite interpretação mais abrangente, como a retirada de uma medida que alterava as condições de inelegibilidade pela Lei da Ficha Limpa.



SENADO

O vice-presidente da comissão será o senador Flávio Bolsonaro Collor é eleito presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional

A chapa formada pelos senadores Fernando Collor (Pros-AL), como presidente, e Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), como vice-presidente, foi eleita nesta quarta-feira, 24, para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. A eleição de Collor, senador que adora viajar, e Flávio foi feita por aclamação.

"Precisamos debater com especialistas, representantes do governo e a sociedade o modelo de desenvolvimento do país no século XXI centrado nas pessoas com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente os mais carentes, além de melhorar o [índice de desenvolvimento humano]", disse Collor.

A distribuição das comissões no Senado obedece, em geral, a acordos firmados pelas bancadas dos partidos políticos com representação na Casa. Empossados nas funções, os senadores falaram em pautar projetos que incentivem o uso do turismo e de projetos de desenvolvimento regional na estratégia de recuperação econômica e social diante da crise decorrente da Covid-19.

O Meio Ambiente é um tema recorrentemente citado em questões



nacionais e internacionais envolvendo o governo Jair Bolsonaro (sem partido). No Senado, a comissão que trata do tema, a CMA, será dirigida pela oposição ao governo Jair Bolsonaro (sem partido), com o senador Jaques Wagner (PT-BA) como presidente.

A principal comissão do Senado, a de Constituição e Justiça (CCJ), terá como presidente e vice a dupla que comandou toda a Casa entre 2019 e o início deste ano: Davi Alcolumbre (DEM-AP) é o presidente e Antonio Anastasia (PSD-

MG) será o vice-presidente. Alcolumbre e Anastasia lideraram a articulação da eleição do atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O ex-presidente da Casa assumiu a CCJ substituindo a rival de Pacheco na eleição, Simone Tebet (MDB-MS). Outras comissões com administração definida são a de Ciência e Tecnologia (CCT), com o senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), e a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com Acir Gurgacz (PDT-RO).

EM DEBATE

Mensagens reveladas mostrariam os bastidores sujos da perseguição política Renan apresenta projeto para proteger "hackers da Lava Jato"

O senador alagoano Renan Calheiros (MDB-AL) apresentou um projeto de lei que concede anistia aos seis "hackers" denunciados pelo Ministério Público Federal na Operação Spoofing. Essa operação foi deflagrada pela Polícia Federal em 2019 para investigar a invasão de celulares de membros da Operação Lava Jato.

Ao justificar seu projeto, Calheiros afirma que as mensagens reveladas pelos acusados são "confissões inequívocas de perseguição política; da tentativa descarada de influenciar o processo político-eleitoral, de desprezo pelos direitos fundamentais das pessoas acusadas; de violação do dever de imparcialidade do juiz; de quebra do dever de impessoalidade dos membros do Ministério Público; da condução de tratativas internacionais fora dos canais diplomáticos; da promoção de estranhas investigações contra autoridades detentoras de foro especial por prerrogativa de função; de vazamento de informações sigilosas à imprensa; além de outras ilegalidades cometidas por aqueles que deveriam, em tese, zelar pela Constituição".

"É fato inequívoco que essas

personas [os seis hackers] extraíram um conjunto estarrecedor de conspirações que violaram a ordem jurídica e o estado democrático de direito com propósitos políticos. Mas estamos diante de um encadeamento de ilegalidades com atenuantes para uns e agravantes para os agentes investidos de poderes públicos. As confabulações desses agentes representam um passeio de ilegalidades pelo Código Penal", declarou o senador.

Renan avalia que a anistia não significa que o Congresso Nacional deixará de reprovar a conduta dos denunciados, mas o senador acredita que todos eles já pagaram um preço muito alto, "uma vez submetidos a medidas restritivas de liberdade, além de degradante exposição midiática". "Os seis denunciados praticaram um ilícito. Mas, nessa ação, e graças a ela, exumou-se um valhacouto, um sindicato de transgressões.

Ao acessar os telefones da Lava Jato, os denunciados descobriram que o Ministério Público e o juiz Sergio Moro, para combater eventuais crimes, cometeram uma enxurrada de outros delitos", disse. Ainda não há data prevista para a apreciação desse projeto.